



**ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência o senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Um bom-dia especial a todos os peritos oficiais de Mato Grosso do Sul, e espero que hoje torne-se um dia histórico para vocês. Temos também a visita da comitiva do projeto "Câmara vai à Escola", do município de Chapadão do Sul, depois o Paulo Corrêa vai falar a respeito. Muito obrigado pela presença de todos vocês, aqui é a Casa da Democracia, para nós é importante a participação de toda a sociedade, é bom podermos mostrar o trabalho (de todos os deputados) que o Poder Legislativo faz por Mato Grosso do Sul. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, para a leitura da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. Bom dia a todos os peritos oficiais, também aos alunos de Chapadão do Sul. Parece-me que o projeto é "A Escola vai à Câmara" e não "câmara vai à escola"... *"Ata da Nonagésima Sexta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Nove da Nonagésima Quinta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 57/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 164/2024, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Ofícios nºs 0671 e 0672/2024 GICOVCG (Eletrônico), da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 15.55/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 14.288, 14.335, 14.390, 14.400, 14.414, 14.426, 14.470, 14.655, 14.708 e 14.973/2024, da Secretaria de*



Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 2.904 e 2.912/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados; Ofício nº 3.457/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Cartas nºs 17 a 19/2024, da CCR/MS Via; carta da Fazenda Primavera Agropecuária; e-mail de Márcio Ferreira Yule; e-mail de Mauro Lopes. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Pedro Kemp, Lidio Lopes, Gleice Jane, Professor Rinaldo, Mara Caseiro, Junior Mochi, Antonio Vaz. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima, Coronel David, Lia Nogueira e Marcio Fernandes. O deputado Pedro Kemp pediu a retirada do Projeto de Lei nº 317/2023 de sua autoria. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo, Caravina e João Henrique. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 179/2024, do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 211/2024, de autoria do Poder Judiciário; Projeto de Decreto Legislativo nº 8/2024, de autoria da Mesa Diretora. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 184/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada aos familiares de Odinalva Alvares; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Dourados (Ceeja-MS), pela realização da Mostra Cultural 'Um Rico Brasil Cultural'; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à Defensoria Pública de MS pelos 10 anos de fundação do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem); requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao projeto 'Escritoras no Mato Grosso do Sul', em nome de sua orientadora, senhora Karina Kristiane Vicelli, extensiva a toda a equipe envolvida, em reconhecimento pelo excelente trabalho de visibilização da escrita feminina no estado de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para a realização de Sessão Solene de entrega do 'Troféu de Mérito Legislativo Zumbi dos Palmares e Tia Eva', no dia 28 de novembro de 2024, às 19h, com a disponibilização dos serviços necessários à realização do evento; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria das deputadas Gleice Jane e Lia Nogueira. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna pela senhora Ana Cláudia Gomes, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Sisalms, para homenagear os servidores públicos do Poder Legislativo em razão do dia do servidor público, comemorado no dia 28 de outubro. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e nove de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro”. Foi lida a ata, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Peço licença para inverter a ordem e saudar a Câmara do Município de Chapadão do Sul, que nos visita hoje, na figura do presidente, vereador Alírio Bacca, citando também a presença dos vereadores Airton Tucano, Aline Tontini, Émerson Sapo, Marcelo Costa, Mika, Professora Almira e Vanderson Cardoso. Presentes também a professora Ana Clarice Borgmann, diretora da Escolas Rurais e os professores de várias escolas que acompanham a comitiva: Cássio Fernando Sanches, Débora Maria Pedrinelli Santos, Érica Fernanda Duarte Oliveira, José Nunes Godinho, Laura Braucano, Leonardo Souza, Zéa Aparecida Esther Wogler, Maicon José Nock, Rosemília Souza da Silva Soares, Roseane Cristina Bento e Sandra Andrea dos Santos. Em nome do presidente, deputado Gerson Claro, em nome de todos os deputados estaduais, sejam muito bem-vindos. Há uma visita guiada hoje, senhor presidente, do projeto "Câmara vai à Escola", projeto da Câmara Municipal de Chapadão do Sul. Já os recebi ali fora, presidente, por ordem de Vossa Excelência... mas queria dizer que a primeira aula aqui chama-se mobilização; e queria dizer para os alunos que aqui estão que nós temos um exemplo de mobilização de sucesso, com educação, e uma briga de trinta anos para que os peritos papiloscopistas sejam também uma carreira de destaque, porque prestam um serviço essencial para o estado de Mato Grosso do Sul. Então, queria que vocês alunos de Chapadão dessem uma salva de palmas pela mobilização dos peritos papiloscopistas [aplausos]... Queria assinalar também, senhor presidente, a especial atenção que nos é dispensada quando visitamos Chapadão do Sul, é o município com o maior índice de desenvolvimento econômico do estado, o que muito nos orgulha, seja por sua produção rural, seja pelo agronegócio, mas especialmente pela gente do Chapadão. Sejam bem-vindos. Agora faço a leitura do expediente, conforme solicitação do senhor presidente. Expediente da Sessão Ordinária do dia 30 de outubro de 2024: Ofício nº 1.535/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane; Ofício nº 130/2024, da Agência Nacional de Telecomunicações, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira; Ofício nº 14.384/2024 e 14.419/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação dos ilustres deputados Pedro Pedrossian Neto, Gleice Jane, Lia Nogueira, Antonio Vaz, Caravina, Mara Caseiro, Renato Câmara e Junior Mochi; Ofícios nºs 3.111, nº 3.112, nº



3.126, nº 3.127 e nº 3.128/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo às indicações da deputada Lia Nogueira; Ofício nº 3.520/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima. Muito obrigado, senhor presidente. Está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em reconhecimento à justa luta dos peritos, registramos a presença da senhora Daniele Bueno, presidente do Sindicato dos "Oficiais" (já posso chamar assim?) Peritos de Mato Grosso do Sul. Esta Casa aprovou o requerimento da deputada Mara Caseiro; portanto, ao final da Ordem do Dia, será a tribuna franqueada à manifestação externa, e a senhora presidente do sindicato terá quinze minutos para fazer suas considerações. Queria também, na Segunda Parte do Pequeno Expediente, pedir licença aos senhores deputados para daqui mesmo registrar duas indicações. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de estado de Segurança Pública, com cópia ao senhor Lupércio, delegado-geral da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando a destinação de uma viatura para o município de Sonora (justificativa anexa). Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira e ao senhor coronel Renato dos Anjos, comandante-geral da PM, solicitando viatura também para Sonora, município que tem sofrido bastante com a criminalidade e precisa dessa estrutura. Feitas as indicações, queria comunicar que hoje às 16h30, no Ruben Gil de Camillo [centro de convenções], a organização da Corrida dos Poderes fará a entrega de 144 troféus, do primeiro ao terceiro lugar, por faixa etária: "até 19 anos", "de 20 a 29", de "30 a 39", de "40 a 49", de "50 a 59" e maiores de 60. São muitos troféus: 5 quilômetros, feminino e masculino para servidor público; 5 quilômetros masculino e feminino, público geral; 10 quilômetros feminino e masculino, servidor público e 10 quilômetros feminino e masculino, público geral — para todas as faixas etárias. Hoje, portanto, às 16h30, teremos essa premiação no Ruben Gil de Camillo. Da categoria "caminhada", nós vamos entregar o troféu só do primeiro colocado, que é o deputado Paulo Corrêa. Queria dizer também que hoje fizemos o encerramento da campanha de coleta, deputado Zeca, de material de beleza para ser entregue no Hospital do Câncer, fizemos esse trabalho em conjunto com várias entidades em alusão ao encerramento da campanha Outubro Rosa, causa que a Assembleia Legislativa abraça. Queria então que a equipe técnica passasse o vídeo aí, são dois minutinhos... Vamos passar o início só, e já entramos na sessão... Não está aí?...



Ah, então passamos amanhã, que é o último dia. Já no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Pedro Kemp

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando a criação da "Escola Estadual Indígena Guarani Aranduca" na comunidade Tekoha Pirajuí, no município de Paranhos. Esta é uma demanda da organização coletiva da comunidade indígena Pirajuí e também de professores indígenas, estudantes e do coordenador, os quais solicitam a criação da referida escola na comunidade, para que possam ter autonomia, um ensino diferenciado, específico, intercultural e que valorize as histórias e os saberes indígenas. Atualmente os alunos daquela comunidade utilizam salas de aula cedidas pelo município, porém lhes falta espaço para guardar seu material, um espaço que receba melhor esses estudantes. Tendo em vista o aumento da demanda, a coordenação está tendo dificuldade em planejar suas atividades e em acomodar os alunos que vão começar o ensino médio no próximo ano. Indicação. Indico à Mesa que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Lindomar Ferreira, coordenador do Distrito Sanitário Indígena de Mato Grosso do Sul, solicitando a reforma da unidade de saúde da Aldeia Buritizinho, localizada no município de Aquidauana. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, quem nos acompanha pela TV e Rádio Alems. Inicialmente quero cumprimentar a Dani, presidente do Sinpap, em cujo nome saúdo a todos os peritos oficiais forenses, peritos papiloscopistas; obrigado pela presença. Acredito que hoje se consolida esse pleito histórico de vocês, acredito que vamos votar e aprovar agora a oficialidade tão esperada, vamos encaminhar esse projeto para a sanção do governador, para que essa tão sonhada garantia possa efetivamente acontecer. É uma satisfação recebê-los aqui novamente. Senhor presidente, trago uma indicação. Indico à Mesa que seja encaminhado expediente ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópias autônomas ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a implantação de uma Sala Lilás para o atendimento especializado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no



município de Mundo Novo. Em vista do crescimento das denúncias relacionadas a esse tipo de violência, impõe-se a necessidade da criação de mecanismos que garantam um atendimento humanizado e seguro para essas mulheres. Este é um pedido dos vereadores eleitos lá de Mundo Novo, do Élcio Policial e do Raviny; o estado já tem uma política de implantação de Salas Lilás que vem funcionando muito bem — não é, deputada Mara? — em vários municípios... Pois de Mundo Novo, lá da sua região, veio esse pedido dos vereadores eleitos, o que já demonstra a preocupação deles com a questão da segurança do atendimento à mulher. Quero também fazer uma menção, presidente, ao fato de que a mídia tem noticiado, o que nos orgulha, a participação do governo de Mato Grosso do Sul, em especial do governador Eduardo Riedel, na Lide Brazil Conference, em Londres, onde vem apresentando as potencialidades do estado. Vossa Excelência, deputado Paulo Corrêa, já esteve participando de evento semelhante... O governo está lá apresentando todo um trabalho que vem sendo feito em Mato Grosso do Sul, de geração de emprego, de transformação energética, nos pilares da administração de um estado próspero, verde, inclusivo, digital. E essa participação do governo, se tem tido destaque em Londres, tem tido destaque principalmente na mídia nacional. Então quero aqui parabenizar o nosso governador, a equipe do governo que está lá, levando o estado além das nossas fronteiras, é motivo de orgulho para nós sul-mato-grossenses ver o estado bem representado e as notícias chegando, da confirmação de novos investimentos — os empresários que conheceram agora nossas potencialidades já estão manifestando interesse em vir para cá. Está de parabéns então o governador, todo o governo, por essa participação na conferência do Lide em Londres. Senhor presidente, era só.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agesul, solicitando a manutenção da MS-340 no município de Ribas do Rio Pardo. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Alfredo Soares. O aumento do fluxo de veículos, devido ao crescimento populacional e econômico que vem ocorrendo em Ribas do Rio Pardo, tem intensificado o desgaste da referida via,



comprometendo a segurança e a mobilidade dos usuários. Diante da relevância dessa estrada para a economia local e regional, solicitamos que as devidas providências sejam tomadas para garantir sua conservação e segurança. Uma manutenção adequada ali trará benefícios diretos para a população, uma vez que favorecerá o desenvolvimento econômico da região. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiro quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com cópia ao ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ao ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, e à ministra de Gestão, Inovação e Serviços Públicos, Esther Dweck, solicitando com urgência a realização de estudos de viabilidade da criação de superintendências federais que exerçam a gerência efetiva sobre a concessão e utilização dos programas sociais do governo federal nos estados e municípios. Justificativa. O presente expediente tem o objetivo de fortalecer a gerência do governo federal sobre seus programas sociais nos estados e municípios, uma vez que, principalmente em período de eleição, sempre aparecem denúncias de utilização de programas como o Bolsa Família, como o Vale Renda, além do Minha Casa Minha Vida, para fins eleitoreiros, e não para os fins sociais para os quais foram criados. Assim, é de suma importância que sejam criados departamentos, a exemplo de superintendências, como a SPU (Secretaria do Patrimônio da União), para que exerçam a gestão sobre as atividades do governo federal nos estados e municípios. Senhor presidente, reporte-me a esse fato dadas as inúmeras denúncias que tenho recebido de que está havendo uma associação em certas cidades e municípios, entre os prefeitos e vereadores da direita — e da extrema direita, evidentemente — na exploração dos mais pobres, com ameaças absolutamente indevidas, de que se não se votasse no candidato “A”, “B”, “C” ou “D” — deles! —, seriam cortados os programas sociais. Juntei meu pronunciamento de ontem, senhor presidente, com áudios de várias cidades fazendo a mesma denúncia, e ontem mesmo mandei esse material para o ministro Wellington Dias. E, portanto, terça ou quarta-feira, já está marcado, vou a Brasília conversar pessoalmente com o ministro Wellington Dias para que se tome uma providência. Para que Vossa



Excelência, presidente, demais colegas e quem está nesta Casa tenham ideia, só no mês de outubro, meu querido Pedro Kemp, 206.400 famílias em Mato Grosso do Sul receberam o Bolsa Família, isso sem falar no Auxílio Gás, no BPC [Benefício de Prestação Continuada], no Minha Casa Minha Vida. É absolutamente injusto, indevido, que esses programas sociais, dada a dimensão que têm, estejam sendo utilizados de forma canalha e eleitoreira pela extrema direita! Portanto cabe a nós exigir do governo Lula que se criem mecanismos de fiscalização, com a criação de superintendências e de conselhos municipais, para se possa fazer a gestão dos programas sociais. Em segundo lugar, senhor presidente, apresento uma indicação endereçada ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon, solicitando a realização, com urgência, de obras de patrolamento e encascalhamento da pista da MS-345, no trecho que vai do acesso à aldeia Limão Verde até o distrito de Cipolândia, passando pelos assentamentos Indaiá I, II, III e IV, no município de Aquidauana. Vale ressaltar que o asfaltamento da MS-345 é um compromisso antigo de Sua Excelência o governador, mas que infelizmente até o presente momento não aconteceu. É isso, senhor presidente, agora solicito a Vossa Excelência a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, duas matérias na internet me preocupam de veras e eu entendo que é meu papel compartilhar essa preocupação com esta Casa. Aqui na internet, o noticiário de hoje, minha querida Mara, diz que um dos três conselheiros que sobraram foi indicado para assumir também o gabinete de um dos quatro que foram afastados, para que haja maioria, já que três, de sete, não seriam suficientes para formar maioria para votar. A situação é tal que o Tribunal de Contas está chamando concurso para auditor para substituir os conselheiros que estão em casa, de tornozeleira eletrônica, impedidos de trabalhar. Sendo o Tribunal de Contas, senhores deputados, meu querido Marcio, órgão auxiliar desta Casa, compete a nós, presidente, e digo isso com todo o respeito e apreço, compete a nós urgentemente tomar providência no sentido de exigir que haja uma definição a respeito das substituições dos quatro conselheiros que hoje estão com caneleira em casa. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, demais presentes. Cumprimento uma vez mais os nossos peritos "oficiais" papiloscopistas. Muito bom tê-los aqui, sejam bem-vindos a esta Casa. Saúdo também, na pessoa do vereador Vanderson, os vereadores de Chapadão do Sul, que trazem hoje aqui o projeto "A Câmara vai à Escola". Sejam muito bem-vindos a esta Casa de Leis. Tenho, senhor presidente, uma indicação para apresentar no dia de hoje, endereçada ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon, solicitando a recuperação asfáltica da MS-265, no trecho compreendido entre o distrito de Porto XV e Bataguassu. É o que eu tinha para hoje, presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, demais colegas, quem nos acompanha pela Rádio e TV Alems. Saúdo de modo especial a categoria dos peritos oficiais forenses, hoje teremos aqui a votação, em segunda, que lhes interessa. A deputada Mara Caseiro conduziu esse processo para que a categoria fosse reconhecida. Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, e ao superintendente regional do Dnit/MS, senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando urgência a instalação de redutores de velocidade nas imediações dos trevos da BR-376 com a MS-147 (acesso ao distrito de Culturama). Requer-se a instalação dos redutores por conta de acidentes que têm acontecido regularmente na região, inclusive o que se deu recentemente, agora dia 24/10. A presente demanda foi encaminhada ao gabinete deste parlamentar pela senhora Laura Medeiros, vereadora eleita do município de Jateí, e seu pai, o senhor André Medeiros. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 3498/2024). De autoria do deputado



Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 3495/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 3497/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: um requerimento (Prot. nº 03509/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: quatro indicações (Prot. nºs 3496/2024, 03499/2024, 3501/2024, 3502/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 03500/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 3513/2024, 3514/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 3510/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 3508/2024, 3507/2024, 3505/2024); uma moção de aplauso (Prot. nºs 3506/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 3516/2024, 3515/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Zeca. Transferida. Deputada Gleice. Transferida. Deputado Hashioka. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Antonio Vaz. Transferida. Deputado Paulo Corrêa. Transferida. Deputado Paulo Duarte. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sem querer incomodá-lo, presidente, nem atrapalhar o desenvolvimento da sessão, queria comunicar oficialmente a Vossa Excelência, até porque não sei se amanhã estarei aqui, que segunda-feira vou a São Paulo onde tenho uma reunião com o ministro do Desenvolvimento Econômico do Paraguai para tratar da Bioceânica e do gasoduto paraguaio. E de lá vou a Brasília, senhor presidente, para me reunir com a Funai, com a Sesai, com o ministro Wellington Dias e com o ministro Márcio Macedo, ministro de estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, para tratar daquela audiência pública que fizemos aqui acerca das necessidades dos assentados em função da seca. Portanto queria comunicar a Vossa Excelência que semana que vem estarei envolvido em outras atividades lá no governo federal. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Já foi feita a representação oficial de Vossa Excelência em nome da Casa. Registro que amanhã também, dia 31 de outubro, em comemoração ainda ao aniversário do nosso Mato Grosso do Sul, estaremos entregando os títulos de mérito e de cidadão sul-mato-grossense, evento que acontece no Ruben Gil de Camillo, com a



presença de todos os deputados e respectivas equipes; e com os homenageados, que prestam valiosos serviços ao Mato Grosso do Sul. [Exibição de vídeo institucional]. Consulto o segundo-secretário sobre se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um deputados presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Antes de votarmos o Item 1, queria fazer uma convocação: assim que se encerrar a sessão, depois da manifestação externa, convoco os líderes dos blocos, líderes partidários para uma reunião — na sala de reuniões, com o líder de governo, e na sala de reuniões da presidência, reunião com a Mesa Diretora. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 012/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, nos termos que especifica, para reunir na estrutura da carreira Perito Oficial Forense os cargos Perito Oficial Forense e Perito Papiloscopista." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Segurança Pública e Defesa Social emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação o projeto de interesse de toda a categoria dos peritos oficiais... Para declarar o voto, com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, na pessoa da Dani, presidente do Sinpap (também do Bento, que foi presidente), quero parabenizar esses profissionais. É uma luta antiga, desde 2018 viemos acompanhando esse processo, nas tratativas, no diálogo, buscando esse direito que hoje votamos aqui em última votação, e com certeza o nosso governador Eduardo Riedel vai sancionar esse direito dos papiloscopistas, dos peritos, que a partir de agora serão "oficiais". Faz-se, assim, justiça a essa profissão que tanto trabalha pela segurança pública, pela proteção, na elucidação de vários crimes, que cumpre papel de relevância para todo o cidadão sul-mato-grossense. Parabéns a cada um de vocês pela persistência, alguns por vezes podem até ter-se sentido humilhados em função dessa distinção de carreira, mas hoje então a categoria finalmente consegue esse direito. Quero parabenizar também o nosso governador Eduardo Riedel, por entender a importância de fazer justiça a essa categoria que tanto trabalha



pelo cidadão sul-mato-grossense, fazendo acontecer a segurança pública, fazendo aí realmente um trabalho que dignifica. Parabéns uma vez mais a todos esses profissionais. Que Deus os abençoe, que vocês continuem trabalhando com toda essa dedicação, com todo esse amor com que exercem essa profissão, cuidando sempre do nosso povo sul-mato-grossense. Obrigada, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado delegado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, na mesma linha da deputada Mara Caseiro, parabenizo a categoria dos peritos papiloscopistas, peritos oficiais forenses, pela votação que já está ali no painel: reconhecido esse direito. Também agradeço ao governador Eduardo Riedel, e toda a equipe de governo, pela sensibilidade. E aproveito também para dizer que — além dessa conquista, pois outras virão com certeza, e com o apoio desta Casa — já está acordado com o governo do estado o encaminhamento da incorporação da etapa-alimentação do grupo Polícia Civil. Estão sendo encaminhadas para esta Casa algumas tabelas, de outras categorias; houve um atraso com relação a essa incorporação por conta do aceite por parte do Sinpol, mas esse encaminhamento será feito; estive em contato com a Secretaria de Administração, e esse processo segue uma ordem cronológica, porque outras categorias já haviam apresentado seus pleitos (que foram aprovados), razão pela qual isso ainda não chegou aqui. Então, só para tranquilizar os peritos papiloscopistas: o governo vai encaminhar a tabela incorporando o etapa-alimentação, que dá um ganho real proporcional dentro dos níveis da categoria, em especial trazendo um reajuste salarial de mais de 8% aos peritos papiloscopistas e aos agentes da Polícia Judiciária, investigadores, escrivães e peritos. Digo aumento real de mais de 8% porque os aposentados e pensionistas não recebem o etapa-alimentação, e com a incorporação passam a receber. É, portanto, um reajuste tanto para ativos quanto para os aposentados e pensionistas. Então é mais uma conquista, fruto do trabalho, da mobilização de vocês, do entendimento do governo do estado e da parceria constante desta Casa — e aproveito para parabenizar a todos os deputados, na pessoa do nosso presidente Gerson Claro. Obrigado, presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, com a palavra, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, para declarar afirmativamente meu voto, como aliás já está registrado no painel. Fico mais contente ainda agora com a fala do nosso querido delegado, que nos informa que não será somente uma mudança de nomenclatura, do nome da atividade profissional que essa gente exerce. Não. Isto vem também acompanhado de um reajuste salarial. Aliás, Pedro Kemp, é bom lembrar que esse povo da segurança pública nunca foi tão valorizado, tão respeitado, como foi no governo do PT, que eu tive a oportunidade de comandar. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência sempre será reconhecido pelo trabalho como governador, deputado Zeca. Ainda em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 012/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente - deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis, nenhum voto contrário.



PRESIDENTE (PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto pela unanimidade dos presentes. Parabéns [muito aplausos na plateia]... Vai à sanção do governador e à publicação. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 190/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 40/2024 – "Autoriza a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (Jucems) a isentar o devido preço público dos seus serviços, nos termos que especifica, e dá outras providências." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 190/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente - deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) - Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 222/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação de dispositivos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, e da Lei nº 6.307, de 13 de setembro de 2024, nos termos que menciona, para alterar o conceito de doença incapacitante." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lucas de Lima. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, para declarar o voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Importante a aprovação desse projeto, que também foi aqui uma reivindicação daquele movimento dos aposentados. Estou vendo que foi uma conquista: hoje os aposentados que têm comorbidades, doenças graves, estão já isentos do desconto dos 14% nos seus vencimentos. E vamos conquistar a isenção dos 14% para todos os aposentados [aplausos]... Essa é a nossa meta — não é? líder Professor Rinaldo. Esta é nossa meta, que, pelo menos, quem ganha até o teto do regime geral de previdência fique isento do pagamento dos 14%. Mas a conquista está sendo gradativa, e o movimento já conquistou essa isenção para quem tem comorbidades, doenças graves — grupo que já é isento inclusive do Imposto de Renda. Então, na lei, como foi aprovada, não estava claro como seria esse desconto das comorbidades. Mas agora a lei está deixando bastante especificado quais são então essas comorbidades, as doenças incapacitantes. Acho que é uma conquista também desse movimento, e nós temos de render nossa homenagem para esses aposentados. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 222/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente - deputado Gerson Claro (PP).



Primeiro-secretário - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) – Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) - Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 110/2024. Autor: deputado Marcio Fernandes, com coautoria dos deputados Gerson Claro e Lidio Lopes. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação... Aproveito para comunicar que recebemos uma solicitação: há também um projeto de lei complementar que trata de ingresso na carreira de tecnólogo, coisa da Polícia Civil, pautado para amanhã, deputado delegado Caravina. Ainda em votação.

Projeto de Resolução nº 110/2024, de autoria do deputado Marcio Fernandes e outros.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, a qual vai recebê-lo amanhã no Ruben Gil de Camillo, nossa prefeita eleita de Campo Grande, nossa Capital. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 213/2024. Autor: Poder Judiciário. "Acrescenta dispositivos à Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006, para instituir adicional ao servidor lotado ou designado para atuar presencialmente em comarca de difícil provimento." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para fazer uma observação, da importância desse projeto para o Judiciário. Trata o presente do pagamento do adicional para quem trabalha em comarca de difícil acesso. Só queria lembrar que este também é um pleito da Polícia Civil já há algum tempo, porque há uma dificuldade muito grande em lotar profissionais na região de fronteira, deputado Londres. Na região de fronteira não se consegue manter os policiais, há sempre uma dificuldade para garantir a segurança nos municípios de fronteira. Então é um assunto que também está sendo tratado na esfera do Executivo, em que pese ser o projeto da iniciativa do Judiciário. Era esta a observação, da importância de ficarmos atentos para essa reivindicação, do adicional para quem atua em áreas de difícil acesso também para a Polícia Civil, assunto que deve ser discutido dentro da regulamentação da Lei Orgânica Nacional, sendo que esta Casa provavelmente vai assumir a responsabilidade de auxiliar na sua construção. Tenho falado com o deputado Coronel David, que é o presidente da Comissão de Segurança, para que possamos conduzir a regulamentação da Lei Orgânica Nacional, e um dos pontos dessa lei é justamente essa questão do difícil acesso. Era esta a observação, e declaro meu voto favorável.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para justificar o voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para a justificativa de voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Extremamente importante o projeto, vou na mesma linha do deputado Caravina, reconhecendo essa necessidade dos servidores da segurança pública que atuam nos municípios de fronteira. O Poder Judiciário está fazendo isso, diferenciando o valor, pagando um adicional para o seu servidor lotado nos fóruns das comarcas situadas nos municípios de fronteira do nosso estado, ante a dificuldade de atraí-lo e mantê-lo nessas comarcas. Portanto acho isto muito positivo, o Judiciário toma a frente, e espero que o Poder Executivo também passe a ver a questão da mesma forma e atenda a todos aqueles que estão trabalhando na segurança pública nos municípios da fronteira do estado. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação, senhores deputados.

Projeto de Lei nº 213/2024, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para prestar um esclarecimento. Conversei agora com o deputado Londres Machado, líder do governo... Várias categorias me abordaram, que estão aí aguardando a remessa por parte do governo do auxílio-saúde — as categorias que participaram da discussão com o governo do estado para a obtenção desse benefício. E era para virem hoje esses projetos, até solicitei ao primeiro-secretário que visse como estava a situação; mas não vieram porque o governador está ausente e os projetos precisam da sua assinatura para nos serem enviados. Provavelmente estarão vindo amanhã, está tudo pronto, no aguardo apenas da assinatura do governador. Este é o nosso recado para os servidores que nos abordaram hoje lá na Comissão de Constituição e Justiça e no corredor da Casa, solicitando informações acerca desse benefício.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 6. Em discussão única o projeto de resolução incluído por solicitação da deputada Mara Caseiro, do deputado Professor Rinaldo, com um trabalho excepcional da CCJR, a cujos membros agradeço em nome da deputada Mara. Projeto de Resolução nº 112/2024. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Concede Título de Cidadão Sul-Mato-grossense a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 112/2024, de autoria deputado Professor Rinaldo.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (S/Partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum contrário, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Camila Celeste Brandão Ferreira Ítalo, que é a nova reitora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a quem rendemos já nossas homenagens. Item 7. Em discussão única: 02 requerimentos, 16 indicações, 01 moção de apoio e 05 moções de congratulação, com uma moção que foi apresentada ontem pela Mesa. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 8. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do senhor Sandro Luís Boeri. Proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento da senhora Érica Jaqueline Schweter Antunes. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Relembro aos senhores deputados que temos reunião do Colégio de Líderes logo mais na sala de reuniões; e que, amanhã, 31, temos a entrega dos Títulos de Cidadão Sul-Mato-Grossense no Ruben Gil de Camillo; e hoje teremos ainda manifestação externa. Encerrada a Ordem do Dia.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Presidente, pela ordem.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sobre aquela indicação que fizemos solicitando que o Pantanal sul-mato-grossense fosse incluído na Constituição Federal como patrimônio nacional, informo que a PEC, feita pela senadora Tereza Cristina, do PP, acabou de ser aprovada na CCJR do Senado Federal. De forma que a coisa está caminhando para que o Pantanal sul-mato-grossense, assim como o Pantanal mato-grossense, seja incluído como patrimônio nacional. Era isso, senhor presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Teremos agora a manifestação externa. Neste momento suspendo a sessão [sessão suspensa às 10h38] e convido a deputada Mara, que fez o requerimento, para vir à mesa, e o cerimonial para conduzir à tribuna a nossa convidada, senhora Daniele Bueno, presidente do Sindicato dos Peritos Papiloscopistas (Sinpap). Convido os deputados a participar [aplausos]. Concedo a palavra à senhora Daniele, que terá quinze minutos para falar especificamente sobre o tema da categoria. Obrigado.

SENHORA DANIELE BUENO (presidente do Sinpap/MS) — Obrigada, presidente. Senhoras e senhores, bom dia. Hoje é uma bela manhã para fazer história, e fizemos história. Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar os parlamentares desta Casa de Leis, e o faço na pessoa do presidente, deputado Gerson Claro, com a mais sincera gratidão. Estou grata por suas honrosas presenças, por suas palavras e por suas mensagens externadas na última semana dentro desta Casa de Leis. Também agradeço à deputada Mara pela oportunidade de poder me pronunciar em benefício dessa honorífica categoria a qual represento. Gostaria de cumprimentar a uma pessoa que se tem ombreado comigo nessa luta, nosso colega, meu amigo doutor André Matsushita, presidente da Associação dos Delegados de Polícia, que, embora não esteja aqui presente, muito me tem ensinado sobre estratégia, caráter e condução da vida pública. No mais, cumprimento a cada perito papiloscopista que se faz presente, ativos, inativos, servidores da capital e servidores do interior. Gostamos tanto da última quinta-feira, presidente, que hoje voltamos; tantas turmas aqui reunidas, de tantas cidades... E hoje vim aqui só para contar uma história para vocês, história que começou em 1986, quando ainda nem nascida era, mas confesso que me sinto absolutamente parte dela; uma história sobre homens e mulheres que estão sentados aqui hoje e que muito



provavelmente foram os responsáveis por identificar alguns dos senhores parlamentares. Se olharem um pouquinho mais de perto, vocês verão rostos que identificaram seus filhos, seus netos, seus bisnetos, peritos papiloscopistas que trabalharam uma vida inteira na atribuição da cidadania; mas não só isso, peritos que atuam também nos inquéritos policiais, peritos que fazem a perícia, que examinam fragmentos de digitais, que vão dizer dentro do inquérito policial *quem foi*. Servidores como a senhora Norma Jornada, que está ali, presidente do Sinpap de 1997 a 1999; Norma serviu a sociedade sul-mato-grossense por trinta anos atribuindo aos nossos municípios a individualização dentro da sociedade. Nessa época, as coletas das digitais eram ainda na tinta; a fotografia, aquela 3 x 4; o cafezinho, sempre a disposição do requerente; as fichas individuais, datiloscópicas, nada digital, sem modernidade: eram pesquisas penosas e manuais. Mas não é só de inativos que se compõe essa galeria; tivemos aqui também, quarta-feira passada, a servidora Camila de Paula, uma mãe que deixou três crianças na cidade de Coxim, um menino de quatro, outro de quinze e uma menina de doze anos, veio aqui para prestar o seu serviço à população de Paraíso das Águas. Também queria contar a história da Rosameire, uma das pessoas mais animadas que já conheci, deputado Caravina, ela me ligava toda semana falando "Dani, manda um abraço pro governador Reinaldo Azambuja, e pede pra ele dar oficialidade pra gente". Em 2019, Rosameire parou de me ligar, foi uma das vítimas da Covid-19; assim com o Vanderlei Leão, que faleceu vindo para Campo Grande pegar o seu diploma de nível superior para ser perito oficial. Quantos peritos que foram embora e não puderam vivenciar o dia de hoje! Eu represento servidores, caros parlamentares, que confesso nem sempre tiveram o melhor trânsito ou acesso, Vossas Excelências não ouvirão falar de perito papiloscopista por conta de grandes indicações políticas, ousou dizer que por muito tempo esses servidores nem sequer conseguiam se comunicar com a administração pública, servidores que sobreviviam com o que restava da Coordenadoria-Geral de Perícias, que sempre foram negligenciados, servidores sem acesso, sem espaço, sem poder e sem voz, vivendo das migalhas dos ditos superiores peritos criminais, servidores que muitas vezes compensavam com vontade aquilo que faltava em termos de recursos, que compensavam com criatividade aquilo que faltava em estrutura — servidores que estão sendo negligenciados pela Coordenadoria-Geral de Perícias há trinta anos! trinta anos tentando segregar, trinta anos tentando enfraquecer e extinguir essa valorosa e honrosa categoria. São homens e mulheres que fazem, sim, a identificação civil, mas que também fazem perícia, que também indicam *quem foi*; homens e mulheres que identificam cadáveres, deputada Mara, quando ninguém mais



pode fazê-lo, levando alívio àquele familiar que está ali esperando para sepultar seu ente querido. São homens e mulheres que conseguem extrair detalhes das vítimas nos piores momentos de suas vidas, para fazer um retrato falado, para fazer uma comparação facial, o que muitas vezes vai ser o liame, a ponta inicial de uma investigação; homens e mulheres que dizem, sim, *quem foi*, mas que também dizem *quem não foi*. Homens e mulheres que incluem ou excluem determinada presença numa cena do crime. Homens e mulheres que estão aqui hoje que são indispensáveis para a produção da prova pericial de forma imparcial... E aí os senhores devem estar se perguntando "mas com tanta relevância assim, por que então não eram reconhecidos?". Por causa de uma ausência legislativa — uma legislação federal de cinco artigos, deputado Junior Mochi, que por causa da ausência de duas palavrinhas (*perito papiloscopista*) causou uma catástrofe institucional. Essa oficialidade, essa condição de oficial não lhes foi outorgada, apesar da relevância do ofício. Essa lacuna, essa omissão legislativa, foi usada e repetida diversas vezes por peritos criminais para afastar os peritos papiloscopistas desse sonho. Em 2019, o STF analisou essa lei e falou que compete aos estados definir o estatuto dos seus peritos, e que aquele rol é apenas exemplificativo, não exaustivo. A partir dessa classificação, em 2019, os peritos papiloscopistas de Mato Grosso do Sul vêm demonstrando ao governador do estado a importância de se fazer essa reparação, essa correção. E aqui quero registrar que em 2019 o deputado Renato Câmara fez o primeiro Simpósio de Segurança Pública, começamos esse debate nesta Casa falando da importância desse reconhecimento. No mesmo sentido, conversei com o deputado Londres Machado (que já se ausentou) lá em Fátima do Sul, quando fui até lá tomar o chá da dona Ilda, e desde então venho rotineiramente falando da oficialidade. Os peritos papiloscopistas nunca se desviaram desse caminho, nem para esquerda nem para a direita. Infelizmente, porém, nesse meio tempo, ao longo dos anos, os senhores vieram sendo abordados com inverdades contra a nossa categoria; fomos alvo de ataque, de *fake news*, coisa que ocorreu inclusive esta semana dentro desta Casa, através da Associação Brasileira de Criminalística, inverdades partindo daqueles que se dizem detentores do monopólio da atividade pericial. Tal conduta reiterada vem desse grupo que acha que a perícia pertence só a eles, que fala em transposição de cargo, que fala em constitucionalidade, que atacou o pleito dos nossos colegas delegados de polícia apontando-o como inconstitucional — são servidores cuja divisa é "aos outros, nada; para nós, tudo". Numa vã e desesperada tentativa, Caravina, distribuíram uma ação declaratória de inconstitucionalidade contra uma legislação local da Polícia Civil, contestando a nossa legislação que fora sancionada



havia vinte anos; contestaram inclusive a capacidade legislativa, presidente, desta Casa de Leis, atribuindo-lhe em suas redes sociais a conduta de "manobras legislativas", sustentando que o estado de Mato Grosso do Sul teria consumado transposição de cargo de maneira parcelada, tentando criar uma tensão institucional, como se a Assembleia Legislativa fosse incapaz de avaliar a possibilidade jurídica dos projetos que lhes são submetidos, o que não tem cabimento, afinal de contas é aqui que são aprovadas as legislações e suas alterações. E eu quero parabenizar o presidente desta Casa, deputado Gerson Claro, e a Salj, porque fizeram uma relevante defesa da constitucionalidade da legislação local no âmbito dessa ADI, defendendo não só a constitucionalidade dos nossos dispositivos, mas a legislação da nossa Polícia Civil. Aliás, permitam-me rememorar que, quando essa lei foi promulgada, o deputado Zé Teixeira e o deputado Londres Machado já integravam esta Casa, eleitos democraticamente em 2003, sendo que o deputado Zeca do PT, então governador, sancionou a legislação da Polícia Civil. Então fica o nosso agradecimento aos nossos competentes parlamentares, nós temos muito orgulho da nossa legislação, que não só assegura as nossas atribuições, como também assegura nossa existência. E é justamente visando a manter a coerência dessa lei estadual em conformidade com os julgados do Tribunal de Justiça local, com os pareceres da AGU e com as decisões do STF, que o governador Eduardo Riedel encaminhou esse projeto, para que o perito papiloscopista fosse inserido num arranjo institucional adequado, como perito oficial que é. Muito se passou desde essa história de 1986, mas algo nunca mudou: a entrega, a relevância e a importância do trabalho desses homens e mulheres para a sociedade sul-mato-grossense. Nos últimos meses, deputada Mara Caseiro, eles têm ultrapassado a emissão de mais de 30 mil RGs, o que significa que fazem mais de mil por dia, em todos os municípios do estado, isto sem falar de perícias em laboratório, veículos, documentos, identificação necropapiloscópica, retrato falado, comparação facial — e esse trabalho enfim foi visto. E quero aqui publicamente agradecer ao governador Eduardo Riedel por esse ato de coragem, por romper essa bolha. Quero dizer que Mato Grosso do Sul está sendo exemplo, que estou recebendo ligações do Brasil inteiro: isso não é uma herança, é um legado em nossa vida funcional. Quero agradecer também ao deputado Paulo Corrêa, que assinou a indicação legislativa em julho, junto com o deputado Caravina e com a deputada Mara Caseiro. E quero pedir licença para agradecer a duas pessoas em especial. A primeira é você, Mara, que me recebeu no seu escritório para uma pauta de publicação de promoção funcional, e ouvindo a nossa história você se interessou por nossa luta, dizendo "Dani, eu vou fazer o que estiver ao nosso alcance para que



esse dia um dia chegue". Pois quero dizer, Mara, que cada perito papiloscopista em Mato Grosso do Sul reconhece e parabeniza o esforço de Vossa Excelência para que esse dia fosse possível hoje [forte aplauso]... E a segunda pessoa à qual quero agradecer é o deputado Caravina, que já conhecia nossa demanda como delegado de polícia; enquanto secretário de Governo, Vossa Excelência se atualizou e, desde que assumiu sua posição aqui na Assembleia, o senhor chegou para somar, Vossa Excelência literalmente nos conduziu até o resultado de hoje. E quero abrir um parêntesis aqui, Caravina, para fazer uma reparação. Como presidente do sindicato entendo que o nosso papel é receber uma demanda e levá-la adiante, assim como o é o do parlamentar: o parlamentar recebe uma demanda e faz a interlocução. Recentemente Vossa Excelência foi injustamente atacado dentro desta Casa de Leis; eu participei de todas as reuniões da negociação do grupo Polícia Civil, e a conversa nunca fez curva, foi tudo sempre muito claro e foi assim que tratamos da questão com a nossa categoria: levamos adiante aquilo ouvimos. Nós já repudiamos aqueles atos publicamente, mas eu queria aqui fazer um desagravo, e dizer que você é, sim, o representante da categoria da Polícia Civil dentro desta Casa e nós temos muito orgulho disso [muitos aplausos]... Enfim, quero agradecer a cada deputado, a cada deputada, que votaram, que nos trouxeram mensagens positivas, mensagens de reconhecimento, que fizeram parte dessa justiça histórica. E quero parabenizar a vocês, peritos papiloscopistas, que, apesar dessa condição de subserviência à qual tentam submetê-los todos os dias, apesar das *fake news* propagadas pela Coordenadoria-Geral de Perícias (que deveria gerir a todos igualmente, mas que infelizmente não o faz), apesar da disparidade de tratamento que vocês sofrem todos os dias, apesar de a presidente do sindicato ter de viver acionando o controle externo da atividade policial e os órgãos correccionais — apesar disso tudo vocês continuaram acreditando, e creditando o melhor do trabalho de vocês à sociedade sul-mato-grossense. Vocês acreditaram em dias melhores, numa instituição igualitária, na busca de um tratamento equânime, vocês sonharam com o fim da batalha, com um dia em que o estado enfim iria dizer "vocês são iguais, vocês têm o mesmo valor". E hoje esse dia aconteceu, estamos rompendo com essa discriminação histórica. Sabemos que nem tudo pode ser mudado, mas nada pode ser mudado até que seja enfrentado, e vocês enfrentaram. É vivendo esse sonho, é vivendo esse legado que venho a esta tribuna agradecer a compreensão de cada parlamentar que aqui me recebeu; agradeço o fato de que vocês combateram o mal com o bem. E hoje, senhores, vocês acabam de escrever uma nova página na história dos peritos



papiloscopistas. Viemos aqui para um dia comum, saímos daqui com um dia extraordinário. Muito obrigada [aplausos].

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minuto. Encerrada a manifestação. Está reaberta a sessão (10h52). Eu queria fazer um comentário. Primeiro, vocês devem estar mesmo orgulhosos, porque não é toda categoria que tem uma líder com essa capacidade de fazer uma manifestação com tanta clareza, com tanta objetividade, demonstrando o preparo necessário para dirigi-la. Que fique registrado, em nome desta Casa, o nosso reconhecimento. O estado com certeza tem muito a ganhar com pessoas como você, como dirigente de entidade ou assumindo qualquer outra função — não tenho dúvidas disso, Daniele, fiquei muito impressionado com a sua performance. Para fazer o encerramento, passo então a palavra à deputada Mara Caseiro, que vai conceder a palavra a outros deputados.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Mara Caseiro - PSDB) — Pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu queria me somar ao presidente na sua fala. Está de parabéns a categoria, vocês fazem uma mobilização muito interessante, com muita educação e valorizando quem os valoriza. A Assembleia Legislativa como um todo votou, não sei se vocês viram, foi por unanimidade, mas é de assinalar, temos de ser justos, que dois deputados encabeçaram esse projeto, deputado Caravina e deputada Mara Caseiro. Parabéns, deputada Mara, com educação a gente vai longe, com falta de educação não se consegue é nada. Parabéns!

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Mara Caseiro - PSDB) — Deputado Pedro Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Primeiro queria agradecer à Dani, e a todos os peritos papiloscopistas, pelo incentivo, pelas palavras de carinho naquele momento difícil de discussão. Mas queria também, em consonância com o que acabam de dizer o presidente Gerson



e o deputado Paulo Corrêa, parabenizá-la, Dani, pela condução. No dia da primeira votação eu disse que você se preparou muito, hoje realmente você é uma papisa no assunto perícia oficial, você conhece as atribuições de cada categoria, sem invadir a competência das demais; você sempre foi muito respeitosa com a função do perito oficial, sabendo da importância desse trabalho dentro de cada área, mas sempre defendendo o que é justo. Essa oficialidade na prática já existia durante todos esses anos, mas faltava-lhe o reconhecimento... E foi esse seu preparo, sua forma de conduzir esse processo, que fez com que as coisas acontecessem. Fico feliz de ter somado forças com a Mara diretamente nesse assunto (fizemos várias reuniões)... e a gente sabe, né? Mara, se não fosse a competência da condução da Dani não teríamos conseguido convencer o governo do estado da necessidade da medida e da justiça que estaria sendo feita com a oficialidade. Essa conquista é fruto do trabalho de cada um de vocês, e quero, sim, reafirmar o meu compromisso com o grupo Polícia Civil. Estou deputado, mas sou policial civil aposentado, delegado de polícia; fui investigador de polícia, entrei na corporação em 1990, de modo que conheço a luta, o trabalho, a dedicação desses profissionais. Outra coisa, é muito importante — sempre disse isso, nem sempre fui compreendido — a presença de um parlamentar representando a categoria aqui, quando menos para trazer as informações aos parlamentares que não são da categoria, e esta é a função que estou cumprindo aqui. Mas lógico, sempre com muita responsabilidade — fui secretário de Governo, sei das limitações do Executivo, da necessidade de haver um equilíbrio, porque muitas vezes a gente não consegue resolver todos os anseios. Mas com diálogo, e levando com muita responsabilidade o assunto, eu não tenho dúvidas de que vamos avançar e muito. Virá agora a tabela com a incorporação, que há tempos vínhamos dizendo ser o que o governo poderia oferecer neste momento; se tivéssemos aceitado, isso já estaria sendo pago para os peritos papiloscopistas, policiais civis, aposentados e pensionistas. Seja como for, agora isso vai acontecer. O reconhecimento da oficialidade é só o início de um processo, outras reivindicações virão, ao tempo certo; e aí eu quero parabenizar a Dani porque ela soube também entender que talvez a questão da equiparação salarial não estivesse no primeiro plano, mas que vai acontecer naturalmente: dentro do tempo do governo vamos trabalhar isso, porque é justo que vocês, agora peritos oficiais forenses, tenham uma remuneração à altura. Parabéns, Dani. Parabéns a cada um de vocês.

PRESIDENTE (deputado Mara Caseiro - PSDB) — Deputado Junior Mochi.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Faço minhas as palavras daqueles que me antecederam, de modo especial as do presidente Gerson, porque você realmente, Dani, surpreendeu-nos a todos, não só pela condução desse processo mas por sua destra fala, com conhecimento de causa, transmitindo-nos de forma clara a importância da função que vocês desempenham, das atribuições e competências da categoria: isso foi fundamental. Aliás, sua tocante fala acabou por me remeter ao passado. Aos dezoito anos fiz o primeiro concurso da minha vida e passei para escrevente; na época não existia o cargo "escrivão", você ia trabalhar no Fórum e lá era designado para assumir uma parte, e assim virei escrevente criminal, eu era o escrivão responsável pelos processos criminais, isso lá no Fórum de Fátima do Sul, e lá eu tinha um contato muito grande com a delegacia, com um papiloscopista — isso quando ele lá ia, que era ainda um grupo muito diminuto desses profissionais. Mas hoje vendo aqui a importância da categoria, é muito bom para nós enquanto parlamentares votar projetos que realmente dão a quem de direito o reconhecimento e o respaldo que merecem. Parabéns a todos os peritos papiloscopistas pela conquista, é o primeiro passo, e obviamente teremos outros aí, como bem disse o Caravina, e esta Casa de Leis estará sempre à disposição de vocês. Grande abraço. Parabéns a todos.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhora presidente.

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Primeira coisa: embora eu não seja especialista em Bíblia, queria lembrar ao meu vizinho de mesa, deputado Caravina, amigo que considero muito — que outro dia foi esculachado aqui com uma vaia —, uma passagem que diz que "os humilhados serão exaltados" [aplausos]... Pois hoje, justamente, é uma satisfação ver Vossa Excelência aqui sendo exaltado; e eu conheço o Caravina, é um cara de opinião, que não fica fazendo tipo, e isto é importante: que haja políticos sérios e sinceros. Daí que fiz questão de vir aqui render-lhe minha homenagem, você sabe, Caravina, que sou seu parceiro de caminhada... E, Dani, você realmente nos impressionou a todos pela firmeza, pela clareza, pela liderança, você é responsável também por esse êxito... A categoria pode ficar tranquila, que quando o Caravina se aposentar — falta um tempo ainda — dá para ver que já haverá aqui uma deputada para pegar o bastão. Parabéns, Dani! Parabéns a toda a categoria!



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputada Mara, eu queria cumprimentar a todos vocês, na pessoa da Dani, do Bento... Ouvindo o discurso retilíneo, cristalino que faz a Dani, quando ela menciona o ano de 1986, lembrei que em 1986, eu já na universidade federal, com dois amigos nossos, gêmeos, frequentávamos muito ali o pessoal da papiloscopia, e eu acompanhei de perto essa evolução, mas podia sentir também esse sonho que morava no coração, na mente, na alma de todos vocês — lembro-me muito da luta do fiscal e do auditor, digo do ATE... E eu gostaria de parabenizá-la, Dani, realmente você deu uma demonstração inequívoca do seu compromisso, do carinho que você tem para com a sua categoria. E lembro aqui o papel do meu querido amigo Caravina, amigo meu já antes de sua chegada aqui — sou muito grato por tudo que o Caravina já fez por mim, lá na sua querida Bataguassu... lembro também da Mara. E a gente fica feliz com a chegada deste momento que coroa todo esse trabalho, esse êxito que vocês tanto almejaram. Que Deus abençoe a todas as forças da segurança pública do nosso estado, em especial a vocês que estão aqui. Muito obrigado e contem conosco [aplausos]...

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Obrigada aos deputados que me antecederam; e quero dizer o seguinte, Dani. Enquanto você falava, enquanto meus colegas também se pronunciavam, recordei a primeira vez que tivemos contato, você nem era ainda presidente do sindicato (acho que na época era o Luís), mas você já estava nessa luta. E realmente procede tudo que foi falado aqui, seu conhecimento, sua educação, sua forma de tratar, de dialogar — isto é o que realmente deu condições para que esses profissionais hoje tivessem a justiça sendo feita. Eu me lembro que quando você me trouxe a pauta, senti-me um pouco impotente, será que vamos conseguir?, começamos a sentir muita resistência dentro de todos os segmentos da Polícia Civil. Mas você, com a sua competência, sempre colocando tudo às claras como fez hoje aqui, impressionou a todos, pelo seu conhecimento, pela sua forma de falar, de demonstrar como é justa a conquista desse direito... Lembro também do momento em que você foi para a reeleição, quando tentaram de todas as formas tirá-la da presidência do sindicato; e eu disse a você: primeiro, Deus... E depois, Dani, não é possível que a sua competência não seja reconhecida por cada profissional que caminhe ao seu lado. Sempre entendi que sua persistência, sua idoneidade, sua sinceridade, sua forma de dialogar com respeito a levariam longe. Você nunca chegou ao meu gabinete alterada, mesmo naqueles momentos em que não conseguíamos o que queríamos. Mas hoje você está sendo reconhecida, e mais, hoje cada profissional que está aqui está sendo reconhecido com esse ato da Assembleia Legislativa e, claro, do nosso governador Eduardo Riedel. Parabéns, Dani, pela



persistência, por você ter estudado muito, parabéns por essa conquista que chega hoje, da oficialidade da profissão. E agradeço a você, Caravina, porque quando você chegou vindo da Polícia Civil, você nos deu também um aporte grande, fortaleceu essa luta, entendeu que ela era necessária e justa — e o seu trabalho com certeza ajudou a sensibilizar o nosso governador, nosso secretário Felini quanto à importância desse momento. Mais uma vez parabéns, Dani, parabéns a cada papiloscopista que acreditou desde o primeiro momento nessa luta — e esta é só uma das suas primeiras conquistas, porque muitas virão. Deus os abençoe. Ah, deixem-me agradecer também ao Marcos Gonzales, esses dias fui fazer a minha identidade e ele me atendeu com muita dedicação, com muito carinho, como aliás atende a todo cidadão, e agora temos identidade nacional, mais uma conquista do cidadão brasileiro. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigada (11h06min).